
RELATÓRIO & CONTAS

2 0 1 4

ÍNDICE

02 Preâmbulo

05 Relatório de Gestão

14 Demonstrações Financeiras



FUNDAÇÃO
SALVADOR CAETANO

PREÂMBULO

I

A Fundação Salvador Caetano foi constituída por escritura pública de 10 de Julho de 1981, lavrada no 1º Cartório Notarial do Porto e outorgada pelo Sr. Salvador Fernandes Caetano, em nome e representação das sociedades fundadoras:

- Salvador Caetano – I.M.V.T., SA (atualmente denominada de TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., conforme escritura de 28 de Dezembro de 2006)

e

- Transmotor – S.C.I.V.T.M., S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.

(empresas fusionadas e que deram origem à atual CAETANO AUTO, S.A.)

II

Possui, desde então, a Sede na Avenida Vasco da Gama, 1410, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia e o fundo inicial de constituição foi de Esc. 25.000.000\$00 (124.699,47 €).

III

Foi registada com o nº 501 208 585 de identificação de pessoa coletiva e sob a atividade 939900. A publicação no Diário da República ocorreu na III Série, nº 179 do dia 6 de Agosto de 1981.

IV

A Fundação Salvador Caetano mantém-se uma instituição portuguesa, particular, de carácter perpétuo, sem finalidade lucrativa, que visa em geral fins sociais, educativos, artísticos e culturais, sendo o novo código de atividade principal o 88990.



V

Desenvolve a sua ação em todo o território nacional e, em 31 de Dezembro de 2014, beneficiava aproximadamente 10.000 utentes.

VI

As atividades de carácter social mais relevantes são:

- Plano Complementar de Proteção Médica
- Atribuição de subsídios familiares
 - Nascimento
 - Casamento
 - Morte
- Atribuição de Prémios e Subsídios de Estudo
- Subsídio de Estudo para Filhos de Colaboradores Falecidos

VII

Até 2013 foi atribuído o “Prémio D. Ana Caetano” ao estudante natural de Oliveira do Douro ou Vilar de Andorinho que tenha concluído a sua licenciatura ou mestrado, com melhor média.

VIII

Todos os anos é atribuído o “Prémio Salvador Caetano” ao estudante que tenha concluído a sua licenciatura ou mestrado em Gestão de Empresas, com melhor média. Este Prémio é extensível a todo o território nacional.

IX

Realça-se ainda o facto de que todos os pressupostos e atividade desenvolvida pela Fundação Salvador Caetano então existentes e que originaram a declaração de utilidade pública por despacho de Sua Excelência o Primeiro-Ministro Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva de 13-02-1995, com publicação no Diário da República – II Série, de 3 de Março de 1995, se mantêm integralmente.

Será ainda de destacar que, visando proporcionar aos beneficiários desta Fundação a prestação de cuidados médicos de qualidade, com atendimento mais rápido e personalizado e a custos controlados, durante o ano de 2014 demos continuidade à celebração de Acordos de Prestação de Serviços na Área da Saúde com diversas instituições.



RELATÓRIO DE GESTÃO

Ações desenvolvidas pela Fundação Salvador Caetano no quadriénio 2011-2014

RUBRICA	2011	2012	2013	2014	VARIAÇÃO 2011 – 2014	VARIAÇÃO % 2011 – 2014
Plano Complementar Proteção Médica	700.424	695.577	704.989	691.367	-9.057	-1,3%
Subsídios Familiares	25.535	21.027	21.855	20.193	-5.342	-20,9%
Subs. Estudo Filhos de Colaboradores Falecidos	2.450	2.400	3.000	2.600	150	6,1%
Prémios Escolares	22.225	20.525	6.850	4.650	-17.575	-79,1%
Subsídio de Estudo	20.204	14.393	17.081	6.157	-14.048	-69,5%
Inatel	6.273	5.450	4.489	4.300	-1.973	-31,5%
Prémios Ana Caetano e Salvador Caetano	3.500	3.500	3.500	0	-3.500	-100,0%
Museu	9.241	0	0	0	-9.241	-100,0%
Outros Benefícios concedidos	43.050	0	0	0	-43.050	-100,0%
TOTAL	832.902	762.872	761.763	729.266	-103.636	-12,4%

Quadro 1: Ações desenvolvidas pela F.S.C.

(euros)

Na análise deste quadro será importante relevar que entre 2011 e 2014 as despesas com as ações de carácter social e cultural tiveram um decréscimo de -103.636 €, a que corresponde uma variação percentual de -12,4 %.

Comparativamente com 2011, o ano de 2014 revela que houve diminuição de valores atribuídos nas rubricas Plano Complementar de Proteção Médica, Subsídios Familiares, Prémios Escolares, Inatel e Museu. Por contrapartida, na rubrica Subsídio de Estudo para Filhos de Colaboradores Falecidos, verifica-se um ligeiro aumento nas dotações atribuídas.

PLANO COMPLEMENTAR DE PROTEÇÃO MÉDICA

No âmbito do Plano Complementar de Proteção Médica, sem dúvida o benefício de maior impacto social, quer pelo número de processos, quer pelo número de pessoas beneficiadas ou pelo valor envolvido, foi esta a variação ao longo dos anos 2011-2014:

FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO

RUBRICA	2011	2012	2013	2014	VARIAÇÃO 2011-2014	VARIAÇÃO % 2011 - 2014
Honorários Médicos de Consultas	241.965	232.268	226.252	226.553	-15.415	-6,4%
Elementos Auxiliares de Diagnóstico	71.412	83.903	91.640	83.801	12.389	17,3%
Tratamentos	34.760	31.378	36.311	41.841	7.081	20,4%
Internamento	11.811	7.370	7.948	21.864	10.052	85,1%
Intervenção Cirúrgica	105.378	100.142	114.154	82.582	-22.796	-21,6%
Partos	26.739	32.210	31.714	38.083	11.344	42,4%
Próteses e Ortóteses	3.077	6.141	4.891	2.916	-161	-5,2%
Estomatologia	205.282	202.165	192.079	193.728	-11.553	-5,6%
TOTAL	700.424	695.577	704.989	691.367	-9.057	-1,3%

Quadro 2: Plano Complementar de Proteção Médica

(euros)

O quadro seguinte demonstra a evolução do número de processos comparticipados pela Fundação Salvador Caetano, dividindo-os por escalões etários e separando os Colaboradores dos Não Colaboradores:

CLASSE ETÁRIA	2011			2012			2013			2014			VAR. 2011-2014	VAR. % 2011-2014
	COLAB.	NÃO COLAB.	TOTAL	COLAB.	NÃO COLAB.	TOTAL	COLAB.	NÃO COLAB.	TOTAL	COLAB.	NÃO COLAB.	TOTAL		
00-15	0	3.758	3.758	0	3.924	3.924	0	3.957	3.957	0	3.971	3.971	213	5,67%
16-17	0	394	394	0	530	530	0	556	556	0	566	566	172	43,65%
18-24	84	538	622	123	621	744	82	687	769	59	879	938	316	50,80%
25-29	463	256	719	493	187	680	388	183	571	361	133	494	-225	-31,29%
30-34	995	781	1.776	1.047	786	1.833	1.064	781	1.845	908	692	1.600	-176	-9,91%
35-39	1.489	940	2.429	1.474	1.100	2.574	1.598	969	2.567	1.233	874	2.107	-322	-13,26%
40-44	1.261	864	2.125	1.589	1.000	2.589	1.615	1.106	2.721	1.885	922	2.807	682	32,09%
45-49	1.218	731	1.949	1.599	786	2.385	1.680	844	2.524	1.656	1.154	2.810	861	44,18%
50-54	1.318	894	2.212	1.360	756	2.116	1.252	818	2.070	1.313	804	2.117	-95	-4,29%
55-59	692	419	1.111	864	475	1.339	1.127	544	1.671	1.422	707	2.129	1.018	91,63%
60-61	124	17	141	52	40	92	116	42	158	186	55	241	100	70,92%
62-64	49	36	85	63	39	102	75	31	106	55	30	85	0	0,00%
65-99	24	32	56	7	62	69	14	89	103	11	129	140	84	150,00%
TOTAL	7.717	9.660	17.377	8.671	10.306	18.977	9.011	10.607	19.618	9.089	10.916	20.005	2.628	15,12%

Quadro 3: Evolução Número de Processos



O quadro seguinte reflete a evolução dos valores de comparticipação ao longo do quadriénio 2011-2014, separando os Colaboradores dos Não Colaboradores.

	2011	2012	2013	2014
Colaboradores	314.629	318.747	322.989	289.997
Não Colaboradores	385.795	376.830	382.000	401.467
TOTAL	700.424	695.577	704.989	691.465

Quadro 4: Valores PCPM Atribuídos a Colaboradores e Não Colaboradores

Através deste quadro constata-se que, de forma consistente, a maior fatia do valor gasto com as comparticipações médicas é referente a pessoas que não integram o Grupo Salvador Caetano, mas são familiares diretos dos colaboradores.

Ainda relativamente ao Plano Complementar de Proteção Médica é de realçar que, com este benefício, a Fundação Salvador Caetano, embora humildemente, está a contribuir para um melhor desempenho da economia portuguesa. De facto, sem este Plano, muitos destes atos médicos passariam para a alçada do Serviço Nacional de Saúde, ou outros sistemas e subsistemas similares, cujos custos seriam diretamente suportados pelo Estado.

Queremos ainda salientar que, pelo facto de comparticiparmos os atos médicos, 70% dessas despesas deixam de ser dedutíveis em sede de IRS. Paralelamente, obrigam-se todos os beneficiários a exigir recibo dos atos médicos praticados. Estas duas situações concretas contribuem, inequivocamente, para um melhor desempenho das contas públicas portuguesas.

Também poderemos afirmar que o Plano Complementar de Proteção Médica contribui, de forma direta, para um melhor funcionamento da saúde em Portugal. Mesmo as listas de espera para cirurgia diminuem ao abrigo deste benefício. De facto, tanto Hospitais como Unidades de Saúde libertam-se de milhares de atos médicos suportados pela Fundação Salvador Caetano, em cada ano.

Não menos importante é o facto de que este Plano Complementar de Proteção Médica também contribui para a diminuição do absentismo e consequente aumento de produtividade nacional. É que, enquanto o recurso às consultas e outros atos médicos e paramédicos através do SNS é feito durante as horas de expediente, através do sistema privado esses mesmos atos poderão efetuar-se fora das horas normais de trabalho.

SUBSÍDIOS FAMILIARES

No período em análise, os Subsídios Familiares tiveram a seguinte “evolução”

SUBSIDIO	2011	2012	2013	2014	VARIAÇÃO 2011 – 2014	VARIAÇÃO % 2011 – 2014
Nascimento	13.685	12.495	12.138	11.424	-2.261	-16,5%
Casamento	11.613	7.821	9.243	8.295	-3.318	-28,6%
Morte	237	711	474	474	237	100,0%
TOTAL	25.535	21.027	21.855	20.193	-5.342	-20,9%

Quadro 5: Subsídios Familiares

(euros)

Neste benefício será de destacar o esforço que a Fundação vem mantendo com a continuidade de programas que o Estado também já teve mas que, contudo, deixou de ter. Referimo-nos aos Subsídios de Nascimento e Casamento que a Segurança Social aboliu há anos atrás e que esta instituição decidiu manter em prol dos seus beneficiários.

Relevamos ainda o facto de, com a manutenção do Subsídio de Nascimento, a Fundação Salvador Caetano incentiva a natalidade há mais de duas décadas, colaborando com o esforço feito pelo Estado português visando o rejuvenescimento da sua população.



PRÉMIOS ESCOLARES

Com o objetivo de premiar o esforço dos que se preocupam com a sua formação individual, contribuindo assim duma forma efetiva para o desenvolvimento da comunidade e do país, a Fundação Salvador Caetano instituiu para os seus beneficiários prémios escolares que tiveram a seguinte evolução durante o período 2011-2014:

ANO ESCOLARIDADE	2011		2012		2013		2014		VARIAÇÃO 2011 - 2014
	Nº.	VALOR	Nº.	VALOR	Nº.	VALOR	Nº.	VALOR	
2º Ciclo Básico	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3º Ciclo Básico	10	2.000	7	1.400	1	200	0	0	-2.000
Ensino Secundário	56	13.750	31	7.750	1	250	1	250	-13.500
1º Ano Lic. / CET	4	1.100	14	3.850	4	1.100	1	275	-825
2º Ano Licenciatura	3	900	6	1.800	3	900	4	1.200	300
3º Ano Licenciatura	3	975	7	2.275	8	2.600	2	650	-325
4º Ano Lic./1º Ano Mest.	2	700	2	700	3	1.050	4	1.400	700
5º Ano Lic./2º Ano Mest.	2	750	2	750	2	750	1	375	-375
Pós-Graduação	3	1.500	4	2.000	0	0	1	500	-1.000
MBA	1	550	0	0	0	0	0	0	-550
Mestrado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doutoramento	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	84	22.225	73	20.525	22	6.850	14	4.650	-17.575

Quadro 6: Prémios Escolares

(euros)

Ao analisarmos o Quadro 6 verificamos que entre 2011 e 2014 o valor despendido com a Rubrica “Prémios Escolares” diminuiu 79%.

Relativamente ao mérito deste benefício apraz-nos ainda registar o número de licenciaturas, pós-graduações, mestrados e mesmo doutoramentos que, ao abrigo deste programa, foi obtido ao longo dos anos, desde 1984, data da sua implementação.

Será ainda justo relevar e divulgar o facto de alguns beneficiários que apresentavam como Habilitação o 1º Ciclo do Ensino Básico (4ª Classe) e que, motivados e incentivados financeiramente por este programa, registaram uma evolução académica que só terminou com a licenciatura e o mestrado.

Estamos convictos de que ao premiar os beneficiários que pretendem evoluir em termos académicos, a Fundação Salvador Caetano está a dar um grande contributo para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Também é de realçar que esses colaboradores premiados, sempre que pretendem abandonar as empresas do Grupo Salvador Caetano o podem fazer sem qualquer tipo de obrigação ou inibição, levando consigo os conhecimentos e o saber adquiridos. Desta forma, quem beneficia desta mais-valia serão as empresas ou instituições recetoras duma mão-de-obra que se qualificou ao abrigo deste programa.

Convirá lembrar que em 2007 foi criado o Programa “Subsídio de Estudo” que abarca os Cursos de Ensino Superior, as Pós-Graduações, os Mestrados e os Doutoramentos. Por este facto, muita da formação superior que apoiamos não está refletida neste quadro.

SUBSÍDIO DE ESTUDO

SUBSIDIO	2011	2012	2013	2014	VAR. 2011 – 2014	VAR. % 2011 – 2014
Subsídio de Estudo	20.204	14.393	17.081	6.157	-14.048	-69,5%
<i>Quadro 7: Subsídio de Estudo</i>						<i>(euros)</i>

Num mundo cada vez mais competitivo, as Empresas só terão viabilidade se o seu ativo humano (os colaboradores) estiver sujeito a constante formação. Só é possível acompanhar o ritmo dos novos conhecimentos, das novas tecnologias e das novas ferramentas com a atualização sistemática de todos os colaboradores. Por isso, a formação é, cada vez mais, um fator de sucesso das pessoas e das empresas.

Em 2014, o valor gasto com esta rubrica atingiu 6.157 €, que apesar de se verificar uma quebra acentuada face a 2011, é um programa com bastante participação dos nossos beneficiários.

SUBSÍDIO DE ESTUDO PARA FILHOS DE COLABORADORES FALECIDOS

Através da atribuição deste subsídio a Fundação tem por objetivo apoiar os jovens estudantes (e respetiva família) que, privados de pai ou mãe, queiram continuar a sua carreira académica.

Este benefício tem um duplo efeito: serve de estímulo para os jovens continuarem com a sua vida académica e, paralelamente, funciona como uma ferramenta de apoio financeiro às famílias que se veem privadas dum salário no seu orçamento familiar.



SUBSIDIO	2011	2012	2013	2014	VAR. 2011 – 2014	VAR. % 2011 – 2014
Subsídio de Estudo Filhos Colaboradores Falecidos	2.450	2.400	3.000	2.600	150	6,12%

Quadro 8: Subsídio de Estudo p/ Filhos Colaboradores Falecidos (euros)

INATEL

Como forma de apoiar e estimular a prática do desporto e do lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento do bem-estar social, a Fundação Salvador Caetano paga a inscrição dos seus beneficiários no INATEL, bem como as respetivas quotas anuais.

SUBSÍDIO	2011	2012	2013	2014	VAR. 2011 – 2014	VAR. % 2011 – 2014
Inatel	6.273	5.450	4.489	4.300	-1.973	-31,45%

Quadro 9: INATEL (euros)

MUSEU

O projeto museológico continua estrategicamente num impasse para clarificação e redefinição de objetivos. Assim se explica a ausência de custos na Rubrica MUSEU durante o ano de 2014.

SUBSIDIO	2011	2012	2013	2014	VARIAÇÃO 2011 – 2014	VARIAÇÃO % 2011 – 2014
Museu	9.241	0	0	0	-9.241	-100,00%

Quadro 10: MUSEU (euros)

RELAÇÃO RECEITAS / DESPESAS COM AÇÃO SOCIAL E CULTURAL

O quadro seguinte apresentado reflete a relação existente entre Receitas Ordinárias (leia-se Comparticipação Mensal das empresas aderentes à Fundação Salvador Caetano) e Despesas com a Ação Social e Cultural.

ANO	RECEITAS ORDINÁRIAS	DESPESAS C/ AÇÃO SOCIAL E CULTURAL	DIFERENÇA	RELAÇÃO DESPESAS / RECEITAS %
2011	742.174	832.902	-90.728	112,2%
2012	731.748	762.872	-31.124	104,3%
2013	696.143	761.763	-65.621	109,4%
2014	724.591	729.266	-4.635	100,6%
TOTAL	2.894.656	3.086.763	-192.107	106,6%

Quadro 11: Relação Despesas com Ação Social e Cultural / Receitas Ordinárias (euros)

É de salientar que a relação entre as Despesas com a Ação Social e Cultural e as Receitas Ordinárias teve, pela primeira vez, um desequilíbrio no ano de 2008, com continuidade nos anos seguintes. Esta diferença deve-se sobretudo a dois fatores:

- A diminuição da comparticipação mensal que passou de 1,5%, para 1,2% sobre o montante das remunerações ilíquidas;
- A implementação do Programa “Subsídio de Estudo”.

Queremos realçar que, quando foi decidida a diminuição da comparticipação mensal, aliada ao facto da criação do benefício “Subsídio de Estudo” e do grande incremento que o programa “Novas Oportunidades” estava a ter, a Administração da Fundação Salvador Caetano tinha consciência do desequilíbrio que se iria verificar na relação entre as Despesas com a Ação Social e Cultural e as Receitas Ordinárias.

Isto vem uma vez mais demonstrar o grande esforço que esta Instituição tem vindo a suportar na implementação das suas atividades em benefício dos trabalhadores do Grupo Salvador Caetano.

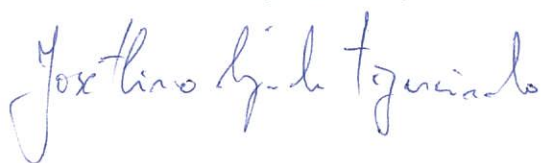
APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Digníssima Administração da Fundação Salvador Caetano propõe por unanimidade que o resultado positivo do exercício, no valor de 115.104 € transite para a Conta de Resultados Transitados juntando-se assim aos restantes Capitais Próprios da Instituição.

Vila Nova de Gaia, 30 de Outubro de 2015

O Técnico Oficial de Contas

José Flávio Águeda de Figueiredo



O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

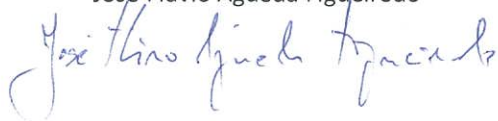
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2014	31 dezembro 2013
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	-	-
Ativos intangíveis	6	-	-
Outros ativos financeiros	7	32.996.519	32.996.519
Total do ativo não corrente		32.996.519	32.996.519
ATIVO CORRENTE:			
Outras contas a receber	18	214.407	121.834
Ativos financeiros detidos para negociação	7	1.641.812	1.638.787
Diferimentos	8	329	329
Meios financeiros líquidos	4	188.736	289.046
Total do ativo corrente		2.045.284	2.049.995
Total do ativo		35.041.803	35.046.514
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundo social	9	124.699	124.699
Resultados transitados		19.467.917	19.109.316
		19.592.617	19.234.016
Resultado líquido do exercício		115.104	358.601
Total do capital próprio		19.707.721	19.592.617
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	11 e 18	14.173.871	8.310.600
Total do passivo não corrente		14.173.871	8.310.600
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		98	7.432
Financiamentos obtidos	11 e 18	968.786	7.005.157
Outras contas a pagar	10 e 18	191.327	130.708
Total do passivo corrente		1.160.211	7.143.297
Total do passivo		15.334.082	15.453.897
Total dos fundos patrimoniais e passivo		35.041.803	35.046.514

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

José Flávio Águeda Figueiredo



O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2014	31 dezembro 2013
Contribuições Comuns	12 e 18	1.125.291	1.270.293
Benefícios Processados e Outros	14	(729.266)	(761.763)
Fornecimentos e serviços externos	13	(10.976)	(15.693)
Aumentos / reduções de justo valor	7	3.025	184.207
Outros rendimentos e ganhos	15	49.397	2
Outros gastos e perdas	16	(13.364)	(13.048)
Resultado antes de deprec., gastos financ.to e impostos		<u>424.107</u>	<u>663.998</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-	-
Resultado operacional (antes gastos de financ.to e imp.)		<u>424.107</u>	<u>663.998</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	17	7.877	11.388
Juros e gastos similares suportados	17	(316.880)	(316.784)
Resultado antes de impostos		<u>115.104</u>	<u>358.601</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	3.5	-	-
Resultado líquido do exercício		<u><u>115.104</u></u>	<u><u>358.601</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

José Flávio Águeda Figueiredo



O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes expressos em Euros)

FUNDOS PATRIMONIAIS

Notas	Fundo social	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variaç. fundos patrim.	Res. líquido do exercício	Total
Posição em 1 de janeiro de 2013	2	124.699	-	19.091.006	-	19.234.016
Resultado integral do exercício	9				358.601	358.601
Aplicação de resultados	9		18.310	-	(18.310)	-
		-	18.310	-	340.291	358.601
Posição em 31 de dezembro de 2013		124.699	-	19.109.316	358.601	19.592.617

FUNDOS PATRIMONIAIS

Notas	Fundo social	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variaç. fundos patrim.	Res. líquido do exercício	Total
Posição em 1 de janeiro de 2014	2	124.699	-	19.109.316	-	19.592.617
Resultado integral do exercício	9				115.104	115.104
Aplicação de resultados	9		358.601	-	(358.601)	-
		-	358.601	-	(243.497)	115.104
Posição em 31 de dezembro de 2014		124.699	-	19.467.917	115.104	19.707.721

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

José Flávio Águeda Figueiredo

José Flávio Águeda Figueiredo

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

17

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(montantes expressos em Euros)




	Notas	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de contribuições		976.919	1.500.417
Pagamentos a fornecedores		(667.779)	(722.514)
Caixa gerada pelas operações		309.140	777.903
Pagamento de retenções de imposto		-	-
Outros recebimentos / (pagamentos)		(29.629)	(17.638)
Fluxos das atividades operacionais [1]		279.511	760.264
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	4		(9.079)
Encargos bancários		-	-
Outros ativos		-	-
			(9.079)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	4	48.194	300.000
Juros e rendimentos similares		3.187	7.608
Dividendos		3.699	3.744
		55.080	311.353
Fluxos das atividades de investimento [2]		55.080	302.274
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	650.000
Outras operações de financiamento		-	-
			650.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(105.600)	(1.158.800)
Juros e gastos similares		(329.301)	(338.685)
Outras operações de financiamento			
		(434.901)	(1.497.485)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(434.901)	(847.485)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(100.310)	215.053
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	289.046	73.993
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	188.736	289.046

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas
José Flávio Águeda Figueiredo



O Conselho de Administração

 José Reis da Silva Ramos
 Salvador Acácio Martins Caetano
 Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Salvador Caetano ("Fundação") é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável. A Fundação tem sede na Avenida Vasco da Gama, 1410, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia.

A Fundação Salvador Caetano foi constituída por escritura pública de 10 de Julho de 1981, lavrada no 1º Cartório Notarial do Porto e outorgada pelo Sr. Salvador Fernandes Caetano, e visa em geral fins sociais, educativos, artísticos e culturais, beneficiando atualmente cerca de 10.000 utentes, estando uma parte significativa destes utentes ligados direta e indiretamente ao Grupo Salvador Caetano. As sociedades fundadoras da Fundação Salvador Caetano foram as seguintes:

- Salvador Caetano – IMVT, S.A. (atualmente denominada Toyota Caetano Portugal, S.A.);
- Transmotor – SCIVTM, S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.

(estas quatro últimas sociedades foram posteriormente objeto de fusão tendo dado origem à atual Caetano Auto, S.A.)

De acordo com despacho de 13 de Fevereiro de 1995 proferido por Sua Excelência o então Primeiro-ministro Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, a Fundação foi declarada instituição de utilidade pública.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.



3.2- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra disponível para utilização, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	4 a 8
Espólio Museológico	5

O Espólio Museológico acima referido contempla essencialmente viaturas e autocarros que serão utilizados no projeto do “Museu Salvador Caetano dos Transportes Terrestres”.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3- Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Em 31 de dezembro de 2014 os ativos intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

3.4- Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5- Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto do Ministro das Finanças, António Luciano Pacheco de Sousa Franco e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues datado de 25 de Fevereiro de 1999, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto Sobre o



Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às categorias C, E, F e G. Consequentemente, a Fundação encontra-se isenta de qualquer Imposto sobre o Rendimento.

3.6- Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7- Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado, e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Outras contas a receber

Os saldos de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.



Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem uma participação no Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., são registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os ativos financeiros classificados como “ativos financeiros detidos para negociação”, nomeadamente os investimentos financeiros em entidades cotadas em mercados regulamentados. Nas situações em que o justo valor dos investimentos em entidades não cotadas não é possível de determinar, os mesmos são registados pelo respetivo custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.



A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8- Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada data de relato, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo ou negativo é reconhecido como um ativo ou passivo financeiro, respetivamente, na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2014 a Fundação não tinha contratado quaisquer instrumentos financeiros derivados.

3.9- Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, participações de aderentes à Fundação, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por participação em despesas de projetos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos, sendo reconhecidos na rubrica da Demonstração dos resultados “Contribuições comuns”.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo

subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10- Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como custo na demonstração dos resultados, na rubrica de “Benefícios processados e outros” no exercício em que os mesmos são aprovados pelo Conselho de Administração, independentemente do exercício em que o desembolso venha a ser efetuado e mantidos no balanço, na rubrica de “Outras contas a pagar”, enquanto não forem pagos.

3.11- Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.



3.12 - Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalha-se conforme se segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	188.736	289.046
	188.736	289.046

Durante o exercício de 2014, a Fundação alienou direitos de subscrição de ações no montante de 48.194 €, que lhe foram atribuídos gratuitamente no âmbito de um processo de aumento de capital do Millenium BCP, em função das ações que a fundação detinha naquela entidade (nota 15).

Relativamente a 2013, os fluxos de caixa dos investimentos financeiros ocorridos, detalha-se conforme se segue:

	Títulos	Valor Unit.	Total
Aquisição de títulos			
Fundo de Participação CEMG	9.077	1,00	9.077
Cobus Industries	335.254	0,00	2
			9.079
Alienação de títulos			
BPN Rendimento Mais	3.000	100,00	300.000
			300.000

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31.12.2014	Equipamento Administrativo	Espólio Museológico	Total
Ativos			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
Depreciações acum. e perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
Ativos líquidos	-	-	-



31.12.2013	Equipamento Administrativo	Espólio Museológico	Total
Ativos			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
Depreciações acum. e perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
Ativos líquidos	-	-	-

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes. A rubrica “Espólio Museológico” compreende essencialmente viaturas e autocarros que farão parte do “Museu Salvador Caetano dos Transportes Terrestres”, projeto a desenvolver no futuro.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31.12.2014	Programas de Computador	Total
Ativos		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
Amortizações acum. e perdas por Imparidade		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
Ativos líquidos	-	-

31.12.2013	Programas de Computador	Total
Ativos		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
Amortizações acum. e perdas por Imparidade		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
Ativos líquidos	-	-

7 INVESTIMENTOS FINANCEIROS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os Ativos Financeiros Detidos para Negociação e os Outros Ativos Financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

Títulos	Valor Carteira 2014	Valor Carteira 2013
Ações de entidades não cotadas	32.996.519	32.996.519
Ações de entidades cotadas	289.804	362.491
Obrigações	222.000	222.000
Carteiras Discricionárias	1.130.008	1.054.296
Total	34.638.331	34.635.304

As ações de entidades cotadas, encontram-se registradas ao Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registrados nas rubricas da Demonstração dos resultados “Aumentos / (reduções) de Justo valor”. Relativamente aos investimentos financeiros correspondentes a ações de entidades não cotadas (essencialmente referente à participação de capital na Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.), uma vez que não foi possível determinar o respetivo justo valor à data de balanço, os mesmos encontram-se refletidos pelo respetivo custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade, se aplicável. As obrigações encontram-se registradas ao custo amortizado. As carteiras discricionárias, que se referem a



um conjunto diverso de títulos gerido por uma entidade financeira externa, estão enquadradas num perfil de risco “moderado” e encontram-se registados ao Justo valor através de resultados, sendo o impacto da sua atualização registado nas rubricas da Demonstração dos resultados “Aumentos / (reduções) de Justo valor”.

Em 31 de dezembro de 2014 o detalhe dos Investimentos Financeiros da Fundação apresentava a seguinte composição:

Outros Ativos Financeiros Não Correntes

Títulos	Quant.	% Detida	V. Unit.	Justo Valor
Ações não Cotadas				
Grupo SC, SGPS, S.A.	24.413.756	14,5%	1,35	32.996.517
Cobus Industries GmbH	335.254	10,8%	0	2
TOTAL				32.996.519

A Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, um capital próprio consolidado (incluindo “Interesses não controlados” de 84.461.371 Euros) de 161.751.540 Euros, bem como um resultado consolidado líquido do exercício negativo de 4.092.173 Euros. O total de ativo consolidado a essa data é de 867.998.175 Euros.

Outros Ativos Financeiros Correntes

Títulos	Quant.	V. Unit.	C. Aquisição
Obrigações			
CX BPN 2005	2.220	100,00	222.000
Títulos	Quant.	V. Unit. (*)	Justo Valor
Ações Cotadas			
Sonae, SGPS, S.A.	96.979	1,02	99.307
Toyota Caetano Portugal, S.A.	138.832	0,91	126.337
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	6.574	0,01	42
Norvalor, S.A.	10	1,89	19
Portugal Telecom, S.A.	804	0,86	695
EDP, S.A.	1.250	3,22	4.023
Futebol Clube do Porto, SAD	500	0,57	285
Sonae.com, SGPS, S.A.	0	0,00	0
Banco Millenium BCP, S.A.	820.911	0,07	53.934
Sonae Capital, SGPS, S.A.	12.121	0,26	3.164
NOS SGPS	382	5,24	2.000
Outros Títulos			
Carteira Discrecionária Millenium	-	-	829.029
Fundo de Participação CEMG	9.077	0,90	8.124
Gestão de Patrimónios Bancários	-	-	292.855
TOTAL			1.641.812

(*) - Valor Unitário ao Justo Valor (cotação bolsista em 31.12.2014)



Em 31 de dezembro de 2013 o detalhe dos Investimentos Financeiros da Fundação apresentava a seguinte composição:

Outros Ativos Financeiros Não Correntes

Títulos	Quant.	% Detida	V. Unit. (*)	Justo Valor
Ações não Cotadas				
Grupo SC, SGPS, S.A.	24.413.756	14,5%	1,35	32.996.517
Cobus Industries GmbH	335.254	10,8%	0	2
TOTAL				32.996.519

Outros Ativos Financeiros Correntes

Títulos	Quant.	V. Unit.	C. Aquisição
Obrigações			
CX BPN 2005	2.220	100,00	222.000
Títulos	Quant.	V. Unit. (*)	Justo Valor
Ações Cotadas			
Sonae, SGPS, S.A.	96.979	1,05	101.828
Toyota Caetano Portugal, S.A.	138.832	0,78	108.289
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	6.574	0,56	3.681
Norvalor, S.A.	10	1,89	19
Portugal Telecom, S.A.	804	3,16	2.541
EDP, S.A.	1.250	2,67	3.338
Futebol Clube do Porto, SAD	500	0,30	150
Sonae.com, SGPS, S.A.	500	2,57	1.285
Banco Millenium BCP, S.A.	820.911	0,17	136.600
Sonae Capital, SGPS, S.A.	12.121	0,33	4.000
Zon Multimédia, S.A.	141	5,40	761
Outros Títulos			
Carteira Discrecionária Millenium	-	-	767.622
Fundo de Participação CEMG	9.077	0,96	8.741
Gestão de Patrimónios Bancários	-	-	277.933
TOTAL			1.638.787

(*) - Valor Unitário ao Justo Valor (cotação bolsista em 31.12.2013)

Os quadros seguintes evidenciam os movimentos na carteira de títulos ocorridos no exercício

2014:

Títulos	Saldo Final 31.12.2014	Justo Valor	Alienações	Aquisições	Saldo Final 31.12.2013
Outros Ativos Financ. Não Correntes	32.996.519	0	0	0	32.996.519
Ações não Cotadas	32.996.519	0	0	0	32.996.519
Cobus Industries Gmbh	2	0	0	0	2
Grupo SC, SGPS	32.996.517	0	0	0	32.996.517

Títulos	Saldo Final 31.12.2014	Justo Valor	Alienações Fusões	Aquisições Fusões	Saldo Final 31.12.2013
Outros Ativos Financeiros Correntes	1.641.812	3.025	2.046	2.046	1.638.787
Obrigações	222.000	0	0	0	222.000
BPN Rendimento Mais	0				0
CX BPN 2005	222.000				222.000
Ações Cotadas	289.804	(72.686)	2.046	2.046	362.491
Sonae SGPS	99.306	(2.521)			101.827
Toyota Caetano Portugal, S.A.	126.337	18.048			108.289
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	42	(3.639)			3.681
Norvalor, S.A.	19				19
Portugal Telecom, S.A.	695	(1.846)			2.541
EDP, S.A.	4.023	685			3.338
Futebol Clube do Porto, SAD	285	135			150
Sonae.com, SGPS, S.A.	0		1.285		1.285
BCP	53.934	(82.666)			136.600
Sonae Capital, SGPS, S.A.	3.164	(836)			4.000
Zon Multimédia, S.A.	0		761		761
NOS S.G.P.S.	2.000	(46)		2.046	0
Outros Títulos	1.130.008	75.711	0	0	1.054.296
Carteira Discrecional Millenium	829.029	61.406			767.623
Fundo de Participação CEMG	8.124	(617)			8.741
Gestão de Patrimónios Barclays	292.855	14.922			277.933

As participações financeiras em Ações geraram proveitos relacionados com Dividendos recebidos (Nota 17) no montante de 3.732 Euros (3.779 Euros em 31 de dezembro de 2013).



8 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o saldo da rubrica do ativo corrente "Diferimentos" é composto pelo seguro do ramo multirisco do "espólio museológico" no montante de 329 Euros.

9 FUNDO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2014 o capital Fundacional ascende a 124.699 Euros.

Composição do Fundo Social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

Salvador Caetano – I.M.V.T., S.A. (atualmente denominada TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA, conforme escritura de 28 de dezembro de 2006)	74.820 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.	7.507 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.	4.639 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.	5.587 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.	4.414 Euros
Transmotor – S.C.I.V.T.M., S.A.	27.733 Euros

(empresas fusionadas e que deram origem à atual CAETANO AUTO, SA)

10 OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de "Outras Contas a Pagar" diz respeito ao encargo contratualizado de auditoria às contas da Fundação e apresenta em 31 de dezembro de 2014, o montante de 7.328 Euros. A mesma situação qualifica o saldo a 31 de dezembro de 2013.

11 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O saldo e as condições dos financiamentos obtidos à data de 31 de dezembro de 2014 são como se segue:

	Montante
Financiamento Não Corrente	
Contrato de Empréstimo - Mútuo	8.100.000
Contrato de Crédito	105.000
Empréstimos de Instituintes	5.968.871
Financiamento Corrente	
Contrato de Crédito	105.600
Empréstimos de Instituintes	863.186
Total	15.142.657

O contrato de empréstimo – mútuo, vigorará pelo prazo de 120 meses a partir de 21 de dezembro de 2012, sendo o período dos primeiros 60 meses de carência de capital. O capital em dívida vence juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 3 meses acrescida de spread. A Fundação Salvador Caetano concedeu à respectiva instituição financeira o penhor de valores mobiliários correspondentes a ações da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., nomeadamente a 12.140.000 ações com valor nominal de 1,00 (um euro) cada ação.

Relativamente aos empréstimos de Instituintes, não se encontra definido plano de reembolso nem fórmula de taxa de juro a aplicar, sendo a sua classificação definida em função da capacidade da contraparte em exigir a sua devolução no curto ou no médio e longo prazo.



Com início a 1 de novembro de 2013 foi celebrado junto do Millenium BCP um contrato de crédito no montante de 325.000€, amortizado por um plano de pagamentos de capital fixo e indexado à taxa Euribor acrescida de um Spread de 2,5%. A Fundação Salvador Caetano concedeu à respetiva instituição financeira o penhor de valores mobiliários consistentes em ações da Toyota Caetano Portugal, S.A., correspondente a 130.000 ações.

12 CONTRIBUIÇÕES COMUNS

As contribuições comuns auferidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são detalhadas da seguinte forma:

	31.12.2014	31.12.2013
Contribuição de Adesão	0	5.000
Subvenção Anual	400.700	354.000
Contribuição Mensal	724.591	696.143
Contribuição Especial	0	215.150
	1.125.291	1.270.293

13 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Trabalhos Especializados	7.257	8.789
Vigilância e Segurança	148	148
Material de Escritório	613	655
Rendas e Alugueres	1.077	899
Comunicação	116	402
Seguros	413	413
Contencioso e Notariado	200	1.665
Outros Serviços e Fornecimentos	1.152	2.722
	10.976	15.693

14 BENEFÍCIOS PROCESSADOS E OUTROS

A rubrica, “Benefícios processados e outros” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Plano Complementar Proteção Médica	691.367	704.989
Subsídios Familiares	20.193	21.855
Subs. Estudo Filhos de Colaboradores Falecidos	2.600	3.000
Prémios Escolares	4.650	6.850
Subsídio de Estudo	6.157	17.081
Inatel	4.300	4.489
Prémios Ana Caetano e Salvador Caetano	0	3.500
Museu	0	0
Outros Benefícios Concedidos	0	0
TOTAL	729.266	761.763

15 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Ganhos provenientes da alienação de inst. financeiros		
Ações		-
Outros Rendimentos e Ganhos	49.397	2
	49.397	2

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” inclui o montante de 48.194 € relativos à alienação de direitos de subscrição de ações (nota 4).


16 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Impostos	12.789	12.548
Quotizações	500	500
Outros Gastos e Perdas	75	-
	13.364	13.048

17 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e outros rendimentos e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Juros Obtidos	4.145	7.608
Dividendos (Nota 7)	3.732	3.779
Encargos Bancários	(316.880)	(316.784)
	(309.003)	(305.397)

18 PARTES RELACIONADAS

O detalhe dos saldos e transações entre a Fundação Salvador Caetano e as entidades relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é resumido como se segue:

FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO

2014 (€)	Balanço				Transações			
	Contas a Receber	Financ. tos	Fornec.	Contas a Pagar	Contrib. Comuns	Contrib. Adesão	Subvenção Anual	Forn. Serv. Externos
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	285			0	285			
CAETANO ACTIVE SUL, LDA	103			0	1.424			
CAETANO AUTO, S.A.	12.999	617.686		46.816	176.867		315.000	
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	33.897			28.424	118.237			
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - CITROEN	184			328	3.025			
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - SEAT	28			0	315			
CAETANO COMPONENTS, S.A.	0			0	402			
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN, S.A.	2.935			11.639	41.368			
CAETANO FÓRMULA, S.A.	1.613			4.789	12.637			
CAETANO MOTORS, S.A.	1.573			6.137	20.163			
CAETANO PARTS, LDA	865			3.147	11.760			
CAETANO POWER, S.A.	1.094			2.853	16.719			
CAETANO RENTING, S.A.	64			611	886			
CAETANO RETAIL SGPS, S.A.	736			2.878	9.946			
CAETANO STAR SUL, S.A.	1.890			1.247	5.170			
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, S.A.	1.376			3.498	18.558			
CAETANOBUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	7.381	1.803.000		18.299	82.580			
CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	927			2.907	13.547			
CARPLUS, S.A.	854			3.860	10.424			
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	35.805			968	6.401			
ENP - ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	0			0	462			
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS	0	4.168.871		0	0			
LUSILECTRA-VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	14.125			5.392	14.125			
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	2.559		101	11.077	31.865			1.697
SIMOGA-SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	37			0	0			
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	92.102	345.500	-7	26.770	106.055		87.700	7.785
VAS ÁFRICA, S.A.	44			348	865			
PORTIANGA, S.A.	253			902	3.663			
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	674			0	7.820			
TOTAL	214.407	6.892.057	93	182.900	724.591	0	400.700	9.482

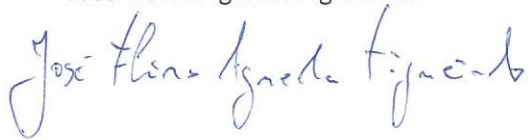
2013 (€)	Balanço				Transações			
	Contas a Receber	Financ. tos	Fornec.	Contas a Pagar	Contrib. Comuns	Contrib. Adesão	Subvenção Anual	Forn. Serv.
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	37			0	358			
AUTO PARTNER-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	496			1.070	6.531			
CAETANO ACTIVE SUL, LDA	150			146	2.007			
CAETANO AUTO, S.A.	11.329	617.686		32.236	156.047			
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	39.540			18.521	113.742		60.000	
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - CITROEN	143			720	1.532			
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - SEAT	29			84	399			
CAETANO COLISÃO NORTE, S.A.	801			1.059	10.404			
CAETANO COMPONENTS, S.A.	81			327	2.854			
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN, S.A.	2.920			8.488	39.519		7.000	
CAETANO FÓRMULA, S.A.	1.525			4.429	19.695		5.000	
CAETANO MOTORS, S.A.	1.336			4.373	17.963		23.000	
CAETANO PARTS, LDA	835			1.741	10.738			
CAETANO POWER, S.A.	1.028			379	12.368			
CAETANO RENTING, S.A.	65			304	837			
CAETANO RETAIL SGPS, S.A.	754			3.594	9.865		9.000	
CAETANO STAR SUL, S.A.	1.137			754	3.659			
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, S.A.	1.283			1.796	17.456			
CAETANOBUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	5.452	1.800.000		13.113	70.660			
CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	892			1.777	11.120			
CARPLUS, S.A.	892			638	10.616			
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	29.405			784	11.426			
ENP - ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	52			152	682			
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS	0	4.168.871		0	0			
LUSILECTRA-VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	10.508			2.104	14.826			
MDS AUTO, S.A.	0			0	0			
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	2.298		619	4.797	34.964			1.221
SIMOGA-SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	37			0	0			
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	7.801	313.000	6.813	19.364	105.553		250.000	1.295
VAS ÁFRICA, S.A.	48			18	627			
PORTIANGA, S.A.	361			374	6.048	5.000		
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	397			107	3.698			
TOTAL	121.834	6.899.557	7.432	123.251	696.143	5.000	354.000	2.516

19 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não existem assuntos e ou acontecimentos relevantes, de qualquer natureza, posteriores a 31 de dezembro de 2014, não incluídos ou divulgados nas demonstrações financeiras anexas.

O Técnico Oficial de Contas

José Flávio Águeda Figueiredo



O Conselho de Administração


José Reis da Silva Ramos – Presidente


Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



